

ENTRE COTIDIANOS

imigrantes africanos em Lisboa

*Neusa Maria Mendes de Gusmão **

A trama histórica de Portugal e África e de seus relacionamentos, sempre se fez por diferentes caminhos, cujos indícios permitem compreender o cotidiano de sujeitos migrantes e diversos postos em relação. O caso dos moradores de um bairro degradado, a Quinta Grande, um bairro de lata¹ da Freguesia da Charneca e, até final dos anos 90 do século XX, periferia da cidade de Lisboa, é exemplar. Hoje, a Quinta Grande não mais existe, posto que, em maio de 2001, seus moradores foram realojados num bairro de Habitação Social² (HS), ou bairro social como são chamados.

O bairro social foi construído em área próxima ao antigo bairro, agora demolido e, é parte de um grande complexo habitacional de natureza mista – realojamento e condomínios particulares – chamado Alta de Lisboa. Expressão do avanço e modernização urbana sobre áreas de ocupação mais rarefeita, o bairro social é, também, expressão das chamadas políticas sociais originadas em razão da migração extra-comunitária, vista como problemática para os planos da União Européia.

Entre os dois momentos da existência da Quinta Grande e seu fim,

histórias e vidas foram alteradas, configurando os nexos de um cotidiano transformado e em transformação. Relatos variados evidenciam o percurso de imigrantes e de seus filhos, como à margem da vida social e como sujeitos de exclusão que vivenciam contextos de risco, não captando outros trajetos possíveis que não a própria marginalidade e provisoriedade da condição migrante.

Em 1998, segundo o ISU (Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária), cerca de 3.000 pessoas de origem cabo-verdiana, angolana, santomense e também portuguesa habitavam o bairro. Para Martins (1997), Quinta Grande contava com uma maioria de angolanos, luso-cabo-verdianos e cabo-verdianos. A dificuldade em caracterizar ao bairro de modo definitivo em sua composição, talvez possa ser explicada pela intensa mobilidade da população imigrante. O bairro se fez como “espaço de passagem”, em que os que aí estavam, estavam por pouco tempo, posto que Portugal se coloca como escala necessária para chegar a outros países da Europa, onde a comunidade dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – é forte (Martins, 1997, p.95). Nessa mobilidade estão todos os imigrantes, os de residência fixa e legalizados no

contexto português e, ainda, os clandestinos. Se a intensa mobilidade geográfica sempre atendeu a fatores de atração/repulsão dispostos pelo mercado de trabalho de modo geral, atende também, aos laços familiares e de amizades com outros sujeitos e outros lugares. O mais freqüente da condição migrante, ali presente, era o ir e vir constante - *"hoje aqui, amanhã..."*

A QUINTA GRANDE E O REALOJAMENTO

As razões pelas quais o realojamento, a ida para o bairro social foi boa, se explica pelo fato de que deu casas mais dignas para se morar, mas também, trouxe a perda da intensa convivência existente no bairro degradado. O realojamento *"foi bom. Mas no outro [lado] não foi porque ficamos separados [os moradores]. Foi triste"*. Os jovens agora, não têm um lugar de seu, ficam espalhados pelo bairro social *"espalhados pelos prédios... não ficam mais juntos..."*. Os velhos não descem as calçadas, ficam em suas janelas no alto, com olhares tristes e saudosos do tempo em que traziam suas cadeiras para a beira da rua e ficavam a ver os que passavam, trocando conversa e apreciando o dia.

A convivência cotidiana, os laços de vizinhança entre negros e brancos, entre africanos e portugueses, passaram por muitas fases no interior do bairro degradado, mas foi fundamental na construção de um espaço cultural de fusão e na definição de contornos iniciais de pertença individual e coletiva marcada pela condição de imigrantes, de negros e de africanos da maioria de sua gente. A interação cotidiana se dava nas ruas do bairro, nas escolas e nos espaços de trabalho, além dos transportes públicos

onde portugueses "lusos", luso-africanos e africanos sempre conviveram regularmente. O que não significa que viviam ou vivam sem conflitos.

A tensão entre grupos embora contínua e permanente, não só entre africanos e portugueses, mas também entre africanos de diferentes nacionalidades, não era impeditiva para se pensar o bairro como lugar de referência e de união, já que nem sempre, a tensão e o conflito eram visíveis. Em dias de festa, a comunidade se organizava com barracas de jogos e de comidas. Jovens ligavam o som, com grandes caixas, um palanque, onde se apresentavam grupos diversos a cantar e dançar ao som de músicas africanas, *rap* e outras. Brincadeiras reuniam crianças e jovens, ocupando os espaços observados pelos adultos. No ir e vir das ruas, as marcas ruidosas de cada dia, emprestava o colorido de um bairro pobre, porém aberto ao convívio, aos afetos e desafetos.

O espaço central do bairro era espaço significativo de toda sociabilidade local, por ele todos transitavam, conversavam e riam. Alegria e música foram sempre uma constante percebida e ouvida desde o interior das casas. Permanecer junto de portas, janelas ou no jardim observando, conversando com os grupos que passavam e com vizinhos próximos, gerava um intenso burburinho a alegrar os dias. Casa e rua eram espaços de trânsito e de intensa convivibilidade. A realidade do bairro envolvia a todos, adultos e crianças garantindo a sociabilidade e as amizades, ainda que, também, seus muitos conflitos.

Por essa razão, após a demolição do bairro degradado e o realojamento, a maioria das falas dos ex-moradores, confirmam o bairro da Quinta Grande, como *"uma maravilha."* *"Dávamo-*

nos todos bem, não havia aquela contradição que normalmente de ser preto, de ser branco, de ser chinês, de ser indiano e de ser não sei o que. Nada. Aquilo era uma maravilha. Eu morei na Quinta Grande muitos anos. Há pessoas que me viram lá pequenina e me vêem agora uma mulher. (...). Eu fazia muitas coisas na Quinta Grande. Era, era diferente. Então, nós aqui na Quinta Grande éramos como uma família, uma só grande família. Tudo o que fazíamos era em conjunto. Branco, preto, tudo. Não havia diferenças.."

A questão das diferenças, aparece para o agora morador do bairro social, como algo inteiramente novo, ainda que não o seja de fato. Mas se assim parece, é porque um outro cotidiano se impõe no universo dos prédios de apartamentos e da vida em condomínio.

A Câmara local controla o número de moradores autorizados a viver num mesmo apartamento, fato que junto a outras proibições existentes no bairro social, levou uma informante a dizer que seu apartamento novo, era *"uma prisão de portas abertas"*.

As muitas visitas que fiz a um outro bairro social, o Alto da Loba, permitiu-me a compreensão da fala da depoente, posto que, naquele caso, havia uma estreita vigilância da Câmara local sobre o bairro e seus moradores. Alguns dos moradores diziam que em cada prédio (HS) havia sempre um morador reformado (aposentado) ou não, por vezes até funcionário ou ex-funcionário da Câmara que tinha por função fazer a vigilância do prédio para coibir seus moradores - em particular os africanos - de descumprirem as regras e, por exemplo, agregarem novos moradores. A renda (aluguel) dos apartamentos ligava-se diretamente ao número de moradores e este definia o tamanho do apartamento por família realojada.

Desse modo a prática de acolher os que chegam, parentes ou não, e fazer dele um membro da família, tornava-se impossível. Regras de convivência, de deveres e obrigações quanto à nova morada impunham limites quanto a se receber hóspedes, parentes, amigos e, se não fossem observadas, implicariam na perda dos direitos de moradia. Com tais critérios a função de sociabilidade e entreajuda desenvolvida por africanos e em contexto de migração tornava-se impeditiva de operar entre sujeitos³.

A “*prisão de portas abertas*”, portanto, tem razão de ser na percepção da ex-moradora da Quinta Grande que, em razão desses mesmos critérios e regras, não pode deixar de comparar o espaço de que dispunha no bairro de invasão – a Quinta Grande – com a limitação física dos apartamentos (HS). Compara a liberdade de antes, no bairro de invasão, como algo que se perde diante das regras e da vigilância existentes no bairro social e, finalmente, confronta-se com as regras que nem sempre compreende, mas que tem que obedecer. O contexto se agrava pela violência de um espaço que partilha com um vizinho que é um desconhecido ou alguém de um bairro que antes não era aceito pelos moradores da Quinta Grande. Estes, agora já não podem ficar à calçada para jogar conversa fora com os que passam e, lhes resta apoiarem-se nos parapeitos altos de suas janelas e olharem a rua. Tudo que resta, são imagens crescentes de tristeza e de solidão.

Se esse é o retrato da nova realidade para os realojados, o que ocorre no espaço da Charneca mostra que a realidade espacial ainda está por se explicitar em termos sociais e resta concordar com uma entrevistada: “*tudo é muito recente, há que se esperar*”.

A espera marca o tempo de agora,

mas é esse tempo profundamente tenso e conflitivo, posto que, ao desterritorializar sujeitos sociais e suas relações, instaura a insegurança e o medo. Alguns moradores já afirmam que têm medo de chegar tarde em casa e de transitar pelas ruas do bairro social e não apenas à noite, pois os tiroteios têm sido uma constante. Há quem conte de carros que passam pela estrada atirando em direção aos prédios até mesmo durante o dia.

A história de um bairro e seu fim é aqui contada a partir de episódios que envolvendo os jovens, contam dessa modalidade de violência que diz também da sociedade onde vivem e de um momento singular do próprio bairro.

O abandono e a desilusão são sentimentos intensos que invadem os sujeitos na nova condição de realojados, pois apesar da aparente mudança para melhor, as condições em que se processa a vida, no dia-a-dia de cada um e de todos, são agora diversas daquelas construídas no bairro degradado. A falta de autonomia e de liberdade torna visível a precariedade de seu mundo e de suas vidas. Em que e quem acreditar? O sonho ainda é possível?

A VIOLÊNCIA QUE GERA VIOLÊNCIA

“O realojamento tem o quê? Quatro meses. Há tiroteios todos os dias como nunca vi na Quinta Grande. Todos os dias. Já mataram um lá há dois meses, um mês e tal, mas por quê? Não é só a questão da rivalidade de bairros ou uma questão negro e branco. Acho eu. Tem a ver com o tráfico de drogas e tem a ver com o realojamento ter sido feito de tal maneira mal planejado (planejado) e mal

feito, (grifo meu) que só quem não conheça nada da zona podia ter feito isso, desta forma”.

Enquanto o bairro da Quinta Grande existia, era possível aos seus moradores uma identificação com o lugar, com o território. Os jovens diziam de modo a expressar um orgulho próprio: “*aqui mandamos nós. Quando saímos para fora (do bairro) todos juntos, estamos protegidos e não só isso, aqui (no bairro) mandamos nós e nos defendemos*”. Isso agora desapareceu. “*Tá cada um pra seu lado*”.

A situação atual é de ausência de referências que incide, principalmente sobre os jovens imigrantes dos vários bairros realojados e, particularmente, no caso dos jovens da ex-Quinta Grande, as coisas se complicam. Parte dos moradores foi realojada na antiga área da Musgueira que não mais existe. Parte dos antigos moradores da Musgueira foram para uma área muito próxima da Cruz Vermelha, local onde já havia um realojamento mais antigo e que é conhecido como ligado ao tráfico de drogas. No emaranhado criado pelo processo recente, os da Musgueira, área tida como o segundo maior ponto de drogas de Lisboa (o 1º é o Casal Ventoso), ocupam agora o mesmo espaço dos da Cruz Vermelha e entre eles se estabelece uma guerra para definição do “pedaço”⁴ e de seu domínio. A meio caminho entre um e outro, estão os da Quinta Grande. Antes do realojamento havia rivalidades entre esses e os outros dos dois bairros citados. No entanto, para muitos, a rivalidade não era entre os bairros, era uma questão de racismo, coisa de brancos e de negros, “*como se a Musgueira fosse branca (de portugueses brancos), a Cruz Vermelha fosse negra (africanos)*”. A Quinta Grande como realidade compósita de brancos e negros, colocava-se ao meio,

com pretos, com brancos, mestiços e outros. No novo contexto – o bairro social –, os da Quinta Grande estão novamente ao meio, no meio do espaço físico e no meio das relações entre a Cruz Vermelha e a Musgueira.

Os jovens se vêem, então entre “*os maus grupos*” da Cruz Vermelha e da Musgueira, sentem-se obrigados, de alguma forma, de se defenderem e já começam a recriar “pequenos grupos”, assim mesmo, entre aspas, posto que ainda não são grupos propriamente ditos. O que está acontecendo, é que começam a procurar uns aos outros, mesmo os que ficaram distantes, longe no espaço do realojamento. O que buscam é criar um jeito de se encontrarem para tentar reavivar “*um bocadinho*” a Quinta Grande, ou seja, seu espírito (solidariedade e defesa de grupo). A pergunta é: a *dispersão* proposta pela política oficial, estaria recriando em novas bases as antigas rivalidades de bairro? Caso isso ocorra, não se pode esquecer que agora o espaço não está mais delimitado por fronteiras claras de bairro, que implicações pode ter o fato? Quais suas conseqüências? Não há ainda respostas.

O que já é possível saber, é que “*o negócio (das drogas) está estragado para uns e para outros. Andam a disputar ruas e clientes, com armas*”. Os que estão ao meio, os da Quinta Grande, nunca tiveram tradição com as drogas, nunca tiveram um cotidiano de muitos assaltos (embora existissem ambas as coisas) e, assim, “*estão lá a apanhar um bocadinho por tabela. Estão no meio do fogo cruzado!*”.

Os fatos estão conduzindo a que, também, os da Quinta Grande se armem, para que possam se defender e podem não parar por aí. É bom lembrar que no contexto ainda da Quinta Grande, muitos jovens manifestavam sua admiração ao traficante do bairro. Viam nele alguém

bem sucedido. Tinha um bom carro, era dono de um café e os jovens diziam: “*daqui há alguns anos eu gostava de ser como ele*”. Se o jovem insubmisso, transgressor, era o modelo para a criança, no caso em tela, o traficante era o modelo de adulto, modelo daquilo que os jovens gostariam de ser. Riscos que não estão fora da mentalidade juvenil e que podem encontrar um terreno fértil no contexto do realojamento.

Assim, vindos de um contexto pensado como de “*amizades interculturais*”⁵, a população da Quinta Grande enfrenta um novo contexto de tensões e de conflitos, mas que transcendem em muito as tensões do antigo bairro, principalmente, porque sobre estas não se tem controle. “*Agora as pessoas...já tem as portas fechadas, não vão à rua, nem à janela...têm medo dos tiros...*”. A violência, que vem crescendo entre os realojados, pode ainda intensificar a idéia de que há problemas associados ao “*ser preto*”, “*ser branco*” ou mestiço; ser da Musgueira, da Cruz Vermelha ou da Quinta Grande.

As entidades parceiras (ONGs, Irmãs do Bom Pastor, SOS –Defesa dos Angolanos, ISU) da época da Quinta Grande, não sabem ainda como prosseguir o próprio trabalho, se vêem perdidas e sem orientação. No entanto, são unânimes em dizer que tudo que está acontecendo era muito previsível. “*Há dois anos (1999), as pessoas estavam a dizer, se o realojamento for feito assim (como foi feito), vai acontecer isso, isso e isso...Toda gente, o povo e as pessoas que estavam a trabalhar (os operários das obras) falavam, mas a Câmara não quis ouvir nada, absolutamente nada*”. As pessoas responsáveis da Câmara diziam que ir às reuniões do Grupo Comunitário era se expor a ataques e críticas e eles “*tinham trabalho a fazer, não estavam pra isso...*”. A quem ou a

quem tal atitude responde?

Como diz Mário Soares (1999, p.21): “*um mundo prestes a explodir em múltiplas revoltas sociais e políticas, guerras e conflitos de toda natureza, não aproveita a ninguém. Nem aos ricos e poderosos deste mundo, nem àqueles que Franz Fanon chamou os ‘condenados da terra’.* Não aproveita em última análise, à humanidade”.

Se não aproveita a ninguém, como diz o autor, como explicar a visão dos funcionários e autoridades da Câmara que afirmavam antes do realojamento, que as afirmações e prognósticos das entidades, que atuavam diretamente com os grupos sociais desfavorecidos, eram resultado de “*uma capacidade de dramatização das classes populares, e porque as entidades e instituições são alarmistas e a população é como é (grifo meu)*”. As entidades, são elas mesmas que influenciam, em vez de prepararem e sensibilizarem as pessoas para a mudança. Deve-se dizer-lhes como *é fantástico o que vai lhes acontecer na vida* (grifo meu), estão já a dizer que vai haver problemas que certos problemas acontecem”.

As políticas “*tapa buracos*” ou destituídas de visão, resultam de objetivos que não se encontram expressos nelas mesmas, mas que invisíveis são a verdadeira razão do que é proposto. E aqui, que mudem os destituídos, o “*outro*”, acreditando no *fantástico* do que lhe é oferecido, o que não pode mudar são as regras do jogo político e as mentalidades que as colocam em movimento. Afinal, *a população é o que é e ponto*. Na visão das autoridades, cabe às instituições parceiras fazerem o trabalho miúdo, de se misturar ao povo e levá-lo a acreditar no que é prometido, independente ou não de existirem condições reais e efetivas de realização das promessas. Cabe a tais entidades, “*educar*” o outro, para fazê-lo

assimilar o projeto institucional, pensado sem ele, apesar dele e independente dele, ainda que nos discursos oficiais sejam eles, os imigrantes, a razão central. Na medida que as entidades e instituições ouvem e compreendem as demandas do “outro”, daqueles com quem trabalham, passam a ser “alarmistas” e insufladoras dos problemas sociais, “que assim acontecem”.

Pode-se dizer que, entre o discurso e sua prática, das falas políticas e de políticos resultam vazios reveladores da natureza do sistema social vigente e de sua lógica. Sociedades como a portuguesa, encontram-se demarcadas por classificações e hierarquias que comportam diferentes níveis de poder e, segundo Iturra (1992), é assim, porque as sociedades, ditas modernas, necessitam se reproduzir da forma mais perfeita possível, de modo constante e equilibrado em termos de sua natureza e de seus objetivos. É aqui que se pode discutir o que é o real e o que ele significa.

O real, diz Iturra, é parte de uma interação constante em que se desenvolvem alegrias, frustrações, vontades, sentimentos, subjetividades, para além daquilo que é esperado de todos enquanto obrigações e deveres. Neste sentido, diz o autor que “o real muda conforme a pessoa que se é, seu contexto, seu meio social, seu trabalho e sua classe de pertença” (1997, p.33). Assim, o simples ato de viver envolve a interação de vontades diferentes, de realidades diversas. O real é, então, onde a heterogeneidade se expressa, expressando nossas diferenças. É no real vivido como realidade e como cotidiano, que a violência explode, em razão das hierarquias e de um poder dividido, que faz de uns menos que outros, uns são cidadãos, com direitos e voz, outros são não cidadãos e, têm suas vozes e seus direitos negados.

No âmbito da realidade, o que resta

às entidades e às instituições ligadas aos destituídos de voz e de direitos, é então “quebrar com as resistências” existentes nas relações cotidianas para com aqueles que, no realojamento, serão “os novos vizinhos”, para dizer, apenas que possuem “costumes diferentes”, que não são pessoas más. O problema está em como fazer valer o discurso frente ao que é a realidade efetiva do realojamento, com suas indefinições e com seus limites. O tempo de agora, pensado como um tempo de espera, não é apenas isso, é também, um tempo confuso para todos os envolvidos no processo de realojamento – dos realojados aos voluntários e entidades parceiras. Em particular, aquelas ligadas a Quinta Grande e à população que lá vivia.

A questão que envolve as entidades parceiras é em tudo semelhante àquelas que dizem respeito à população. Elas também foram realojadas, o que significa que foram distribuídas no espaço do bairro social, porém nem sempre, próximas da população com as quais trabalhavam. Esse é o caso das Irmãs do Bom Pastor, do ISU, ambas deslocadas para a Cruz Vermelha. O ISU comenta: “A Câmara nos deu espaço ali, não ao pé da população da Quinta Grande, apesar de nós termos pedido. E então, estamos assim um bocadinho... o que é que a gente faz? Deixamos a população com que trabalhamos há oito anos? Com a qual temos uma grande articulação, mas junto a qual não temos espaço ou trabalhamos com quem não conhecemos e que tem dezenas de instituições a trabalhar com elas (Cruz Vermelha)? Seremos mais uma?” Colocar aos antigos moradores da ex-Quinta Grande a continuidade do trabalho nesse novo espaço, é colocá-los em risco, pelo fato de que teriam que se deslocar num espaço que não é o deles e que está em permanente disputa pelo tráfico de drogas, e isso

não pode ser feito, diz o ISU.

A problemática exemplar do caso do ISU abre um campo de indagações sem respostas. Novamente surge a pergunta: por que isso tudo? Seria mesmo, apenas falta ou equívocos de planejamento? Como ficam as razões que motivaram, na última década, o aparecimento de tantas instituições voltadas para as ditas “minorias”? Quanto de suas propostas se realizam, se elas próprias não são efetivamente autônomas com relação aos Estados-nacionais ou ao bloco da União Européia? Teriam razão, os jovens, quando justificam os atos de violência dizendo que eles, jovens, não contam, que eles não são ouvidos, que há coisas que querem que sejam feitas e não o são?

A representante do ISU pensa que, a primeira geração de imigrantes, mesmo estando há muitos anos em Portugal, ainda tem “um tantinho de sonho de alguma forma ser bem sucedido”. Pensa que é uma ilusão, já que aqui contam com coisas que sequer sonhavam em ter nas terras de origem. Comparam e podem sonhar. Os da segunda geração”, os jovens luso-africanos e novos luso-africanos, diz o ISU,

“não sabem disso, não têm elementos ou critérios para avaliar as coisas à sua volta, o que podem representar por pior que sejam as condições, não podem sonhar com uma melhoria... Os pais não são de todo uma referência para eles, pelo contrário é uma vergonha até. Eles expressam isso, até mesmo na resistência e não querer de todo, como último recurso que o pior lhes aconteça – ir para as obras. É o aceitar que não há mais caminho. E aí, ficarem tantos anos pelas ruas, naquela expectativa, não sei bem de quê, acho que não têm grandes esperanças, nem nada. É uma situação de que estagna às

tantas...vive só o dia, bebe-se umas cervejas, fuma-se uns charros e tá-se por ali. Ir para as obras, não. Ir para a escola, nunca. Outra vez?"

Outra vez porque já foram à escola e desistiram. Ela também é uma desilusão.

É assim que, por vezes, se percebe em um ou outro jovem, em um ou outro grupo de jovens, "que eles têm imenso para dizer, mas não sabem como...então sempre foi a destruição".

VENDAVAL DE INCERTEZAS

O vendaval que literalmente coloca ao chão o bairro de Quinta Grande, afigura-se com um vendaval na lógica que ordena a vida vivida e do qual não se sabe ainda, nem a magnitude, nem suas conseqüências. Os jovens, acostumados a desafiar a ordem social do mundo onde estão e vivem, desafiando as legislações de fronteiras, fechadas legalmente para eles e enfrentando diferentes espaços sociais a partir do bairro, encontram-se agora vis-a-vis com um novo momento, um momento em que embaralham-se os espaços, o lugar de pertença e de acolhimento – o bairro não mais existe. O desafio então, é ter que re-inventar tais espaços, re-compor os lugares de pertença e acolhimento e isto, no cotidiano de suas vidas, envolve um novo campo de batalha, a necessidade de conquista em termos que desconhecem, que não dominam, posto que envolve novos sujeitos, outras lógicas e novos campos de poder.

Por tudo isso, como afirma Martins (J. 2001, p.21/22) "mais do que caracterizar peculiaridades étnicas e culturais, importa compreender os processos sociais que põem o filho do (i)migrante em face de dilemas

culturais na constituição de sua identidade. E compreender, também, a continuidade [e reinvenção] dos valores de referência da sociedade de origem e de seu modo de vida no destino de seus membros ausentes, os filhos pródigos da diáspora moderna". Com isso, a questão das diferenças não pode ser vista apenas ou exclusivamente como étnica ou racial, e como tal um problema social em si, penalizando a maioria dos que constituem a presença extra-comunitária em Portugal, senão que se deve discuti-la como construção social e política que encobre outros problemas não visíveis da realidade social.

* *Neusa Maria Mendes de Gusmão é Antropóloga e Livre-Docente em Antropologia da Educação e Professora Associada da Faculdade de Educação da UNICAMP.*

NOTAS

1 - Quinta Grande localiza-se na periferia de Lisboa, na Freguesia da Charneca, espaço que em 2001, sofre intensa transformação e urbanização, revelando o movimento de expansão da cidade e de seus limites.

2 - O realojamento faz parte da proposta do governo português e da União Europeia de erradicar os chamados bairros precários ou degradados de Lisboa até 2010, mediante uma política social configurada pelo PER- Plano Especial de Realojamento de Lisboa.

3 - Quando de minhas visitas ao bairro do Alto da Loba, carros oficiais circulavam ostensivamente, de modo a fazer notar que minha presença não era despercebida e, por terem chamado a minha atenção, manifestei meu estranhamento à minha anfitriã cabo-verdiana que me informou se tratar mesmo de um controle local.

4 - Empréstimo o termo de Magnani, entendendo tratar-se de um espaço físico, marcado por relações entre sujeitos e definido por um conjunto de regras e códigos que orientam tais relações, definindo quem é e quem não é do "pedaço", quem pode e quem não pode

dele fazer parte (Magnani, 1984).

5 - Martins (1997) afirma que a Quinta Grande é um bairro misto, em razão de sua população diversa, de diferentes origens (brancos, negros, africanos, portugueses, indianos e outros), cuja vivência em comum e cotidiana pode ser compreendida como de "amizades interculturais", ou seja, em que as diferenças se atenuam em razão da vida atual e da necessidade de laços de amizades e vizinhança que tornam a existência possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (2003) *Os Filhos da África em Portugal*. Antropologia, multiculturalidade e educação. Tese de Livre-Docência (Antropologia da Educação), Faculdade de Educação, UNICAMP. Campinas, S. Paulo.
- ITURRA, Raúl (1992) "Jogo e experimentação pessoal na infância: uma hipótese exploratória" *Revista Portuguesa de Pedagogia*, v. 26, nº3, p.493-501
- ITURRA, Raúl (1997) *O imaginário das crianças*. Os silêncios da cultura oral. Lisboa: Fim de Século.
- MAGNANI, José G. (1984) *Festa no Pedaço*. São Paulo, Brasiliense.
- MARTINS, Humberto M. dos S. (1997) *Ami Cunha Cumpadri Pitécu: uma etnografia da linguagem e da cultura juvenil luso-africana em dois contextos suburbanos de Lisboa*. Dissertação (Mestrado). ICS – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.
- MARTINS, José de Souza (2001) "Por uma pedagogia dos inocentes". *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v.13, nº 2, p.21-30, novembro.
- SOARES, Mário (1999) "Incertezas e esperanças". *Notícias do Milênio – Jornais do Grupo Lusomundo*, Lisboa, 08 jul. Sessão Uma corrente de lembranças. Edição Especial, pp. 18-21.